

# Resenha

---

*Wagner Alcides de Souza*

# A logística naval na Marinha Imperial durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo do Paraguai\*

**Wagner Alcides de Souza**

*Especialista em História Militar pela Unirio. Major do Quadro Complementar de Oficiais.*

Resenha de MOITREL, Mônica Hartz Oliveira. *A Logística Naval na Marinha Imperial Durante a Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai*. Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2015, 336p.

Inicialmente agradeço o convite para elaborar a resenha do livro *A Logística Naval na Marinha Imperial Durante a Guerra da Tríplice Aliança Contra o Governo do Paraguai*, de autoria da Capitã de Mar e Guerra Mônica Hartz Oliveira Moitrel, para a revista *Navegador*. Conheci a Comandante Mônica quando juntos cursamos a primeira turma de especialização em História Militar, organizada pela Unirio em parceria com o então Departamento de Ensino e Pesquisa do Exército (DEP), atual Departamento de Educação e Cultura do Exército (Decex), no período de 2000 a 2002. Logo me impressionaram – quando então Tenente Wagner – sua enorme simpatia, capacidade profissional e conhecimento de História Militar e, em particular da História Naval Brasileira, o que acabou por criar entre nós um vínculo de amizade que durou até seu prematuro falecimento.

O livro, a ser lançado pela Bibliex, originou-se de seu trabalho de conclusão do Mestrado na Unirio, em 2010, no qual, por meio de uma pesquisa muito bem fundamentada, a Comandante Mônica abordou a questão da logística naval brasileira no sé-

culo XIX, tendo como origem o Grupamento de Manutenção e Aproveitamento português, no período colonial, e sua posterior evolução, sobretudo. Eis aí o cerne de sua pesquisa, a Guerra da Tríplice Aliança (1864-70), quando as dificuldades apresentadas pelo Teatro de Operações somadas às transformações técnicas surgidas com o desenrolar da Revolução Industrial levaram a uma necessidade de modificação de maneira de atuar da Marinha, no maior conflito armado da América do Sul.

Nessa perspectiva, o livro da Comandante Mônica foge da análise tradicional da historiografia militar em geral, e da naval em particular, ao abordar, como tema principal, não o campo de batalha, suas causas e consequências, mas sim a maneira como a instituição, a então Marinha Imperial, desenvolveu a questão da logística na sua estrutura organizacional, especialmente no que tange ao modo como esta superou os problemas tecnológicos surgidos quando da ação efetiva na frente de combate do Paraguai, como, por exemplo, o da necessidade de substituição do uso de navios de casco de madeira (propulsão vela)

pelos de ferro (propulsão a vapor), em conjunto com a indispensável administração do uso de carvão para uso nas belonaves, além da problemática do envio de víveres para os combatentes, estando os postos de abastecimento distantes da área de conflito.

A Comandante Mônica demonstra, inicialmente, a evolução da armada portuguesa, com maior preocupação com o período da vinda do Príncipe Regente ao Brasil e, após o 7 de setembro, questões como o dos portugueses na Marinha, além do cotidiano dos marinheiros nos navios da primeira metade do século XIX, como o problema do recrutamento forçado, castigos impostos para controle disciplinar e da faina a bordo. Trabalhando na sequência com a dinâmica das transformações tecnológicas surgidas com a Revolução Industrial, que redundaram na mudança do uso de navios movidos a vela pelos a vapor, como isso foi debatido na marinha britânica, com a origem de uma oposição no oficialato pelo uso desses últimos. No entanto, demonstrou que a marinha mercante adotou-os com menor resistência, pois permitia maior velocidade das embarcações e, com isso, maior capacidade de comércio entre as partes envolvidas. Expôs ainda o uso dessas novas belonaves em conflitos, como a Guerra da Crimeia – decisiva para o convencimento dos britânicos de sua superioridade militar – e a Guerra de Secessão Americana, e da mudança nos artefatos bélicos e das táticas que se fizeram necessários para combatê-los.

Apesar de o Brasil ter adotado na década de 20 do século XIX dois navios a vapor para a sua Marinha de Guerra (Correio Imperial e Correio Brasileiro), a autora informou que ambos foram os únicos representantes dessa nova modalidade técnica, pois a frota permaneceu maciçamente formada por navios a vela, apesar de o Arsenal de Marinha, importante polo de desenvolvimento nessa área, ter fabricado alguns navios a vapor. Essa produção manteve-se lenta até 1850, tendo sido as questões diplomáticas na região do Rio da Prata, especialmente o rompimento de relações com o Paraguai em 1853, que levou ao Império a incrementar a produtividade de novas embarcações por parte do Arsenal, com couraças e calados

próprios para o uso fluvial, além de promover a compra de navios com características especiais para esse tipo de combate na França e na Grã-Bretanha, nos anos seguintes.

Na parte final de sua obra, a comandante discorre como a Guerra da Tríplice Aliança foi o ponto de inflexão para o desenvolvimento da logística na Marinha, o que resultou em importantes mudanças organizacionais para a instituição. Apontou inicialmente as causas que levaram ao início do conflito e à quantidade de navios disponíveis para ação em 1864. Demonstrou também que, desde o início da guerra, já se tornava clara a necessidade de uso de embarcações voltadas para combate nos rios, como no ofício do Almirante Tamandaré para o Ministro da Marinha em 1865, e de como se realizou a produção dos navios com características próprias para tal fim.

As atividades logísticas se tornaram, pois, vitais para a ação da Marinha e de nossas tropas, em uma região completamente desconhecida pelos combatentes aliados. Com a retomada por parte das tropas da Tríplice Aliança, por meio do apoio naval sob comando do Almirante Barroso da cidade de Corrientes na Argentina, tornou-se possível criar, nessa cidade, uma base de abastecimento de suprimentos e também de ponto de partida para o reconhecimento dos locais onde ocorreriam desembarques para prosseguimento do combate. Ocorreu ainda, no Rio de Janeiro, um incremento na produção de navios e de artefatos de apoio para uso náutico, tanto no Arsenal de Marinha, como, em razão da grande necessidade de tais materiais, em oficinas particulares, entre elas a da Ponta da areia, em Niterói, e da John Maylor e Cia. Além disso, houve o aumento da importação de ferramental indispensável para uso nas belonaves, o crescimento da fabricação de munição por parte da Diretoria de Máquinas do Arsenal de Marinha e do Laboratório Pirotécnico, o apoio de particulares como os já citados. Mostra ainda a autora que, em virtude das dificuldades técnicas, muitos navios avariados tinham de vir ao Rio de Janeiro para serem concertados, tendo sido criado um arsenal pequeno na Ilha de Cerritos, para ações de pequena monta mas fundamentais para o apoio das operações de combate.

Além da área de construção de navios e de material bélico, a Comandante Mônica retratou, em seu livro, como ocorreram as ações administrativas nos campos da saúde, relacionadas à higienização dos navios e ao tratamento dos feridos e doentes nos hospitais de campanha, as questões alimentares, a ração diária dos combatentes e a maneira de fornecer o abastecimento a estes. Tratou ainda como ocorreu a política de pessoal empregado no conflito e de como atuou o Serviço de Intendência da Marinha, por meio da Repartição Fiscal e Pagadoria da Marinha no Rio da Prata, com base inicialmente em Buenos Aires, e, posteriormente, em Montevideú. Teve a missão de fiscalização de despesa com aquisição e fornecimento de material e pagamentos à Esquadra em Operações.

Concluimos, portanto, que o livro da Comandante Mônica, editado pela Biblioteca do Exército, é obra fundamental para o estudo da Guerra da Tríplice Aliança, pois aborda, embora pouco explorado pelos historiadores, a importância da logística para o resultado eficaz das operações militares. Mais do que isso, apresenta-se como nova visão dessa historiografia militar ao avançar sobre a questão do desenvolvimento institucional, de sua historicidade, influenciado por aspectos, tais como os econômicos, sociais e políticos, que levam, em determinado tempo histórico, a práticas arraigadas, bem assim a transformações na maneira de agir e pensar dos agentes dessas mesmas instituições, notadamente nos momentos de inflexão como ocorreu o período das ações no Paraguai, no período entre 1864-70.